Autarquia Local	Montante
Freguesia de Mesão Frio Santo André	€ 1.400,00
Freguesia de Quintanilha	€ 1.950,00
Freguesia de Sabrosa	€ 500,00
Freguesia de Videmonte	€ 2.800,00
Freguesia de Carvalhais	€ 400,00
Freguesia de Martim	€ 3.500,00
Freguesia de Meios	€ 980,00
Freguesia de Quintela de Azurara	€ 1.950,00
Freguesia de Rebordelo	€ 1.700,00
Freguesia de Tavadre	€ 1.980,00
Freguesia de Torre de Dona Chama	€ 700,00
Freguesia de Arneiro das Milhariças	€ 1.720,00
Freguesia de Martim	€ 3.500,00

311494113

FINANÇAS, PLANEAMENTO E DAS INFRAESTRUTURAS, AGRICULTURA, FLORESTAS E DESENVOLVIMENTO RURAL E MAR

Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas, I. P.

Aviso n.º 10236/2018

Para efeitos do disposto na alínea b) do n.º 2 do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 97/2001, de 26 de março, conjugado com a alínea b) do n.º 2 do artigo 45.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (LGTFP), aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, e após homologação pela Vogal do Conselho Diretivo deste Instituto, Maria José Moura, em 11 de abril de 2018, da ata do júri constituído para o efeito, torna-se pública a conclusão com sucesso do período de estágio de ingresso na carreira de especialista de informática, de acordo com o respetivo processo de avaliação, elaborado nos termos do artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 97/2001, de 26 de março, conjugado com o artigo 46.º da LGTFP, do trabalhador Maurílio António de Sousa Silva, com a classificação final de 18,31 valores, na sequência da celebração com este Instituto, de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado.

14 de junho de 2018. — A Vogal do Conselho Diretivo, *Maria José Moura*.

311492283

DEFESA NACIONAL

Gabinete do Ministro

Despacho n.º 7199/2018

Considerando que, para a edificação da Capacidade Forças Ligeiras do Exército, se identifica como necessário equipar o Exército, nomeadamente a componente operacional, com viaturas táticas ligeiras blindadas (VTLB), contribuindo assim para uma melhoria significativa da mobilidade tática terrestre e de proteção da força, imprescindível à diferente tipologia de cenários e missões operacionais atribuídas ao Exército, em particular às Forças Nacionais Destacadas;

Considerando que, através do meu Despacho n.º 8840/2016, de 30 de junho, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 131, de 11 de julho de 2016, autorizei a abertura do procedimento pré-contratual a realizar através da «NATO Support Procurement Agency» (NSPA), tendo em vista a aquisição de 167 viaturas táticas ligeiras blindadas (VTLB) 4x4, e a correspondente despesa até ao montante máximo de 60.800.000,00€ (sessenta milhões e oitocentos mil euros), com IVA incluído, se aplicável, a financiar através das verbas inscritas na Lei de Programação Militar, na Capacidade Forças Ligeiras do Exército;

Considerando que, através do meu Despacho n.º 10120/2016, de 28 de julho, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 153, de 10 de agosto de 2016, aprovei a minuta de «Sales Agreement» (SA N.º PRT-046), que viria a ser outorgada entre o Estado Português e a NSPA, em 10 de Agosto de 2016, e que titula as condições técnicas e financeiras da prestação de serviços de «procurement» pela referida Agência da NATO, com vista ao fornecimento das viaturas VTLB 4x4 ao Exército Português;

Considerando que, na sequência dos resultados do procedimento concursal desenvolvido pela NSPA para fornecimento das VTLB 4x4

ao Exército Português, se torna necessário efetuar uma adenda ao SA N.º PRT-046, em virtude da necessidade de adequar o plano de entregas e a quantidade de viaturas a fornecer, bem como rever em baixa o montante a pagar à Agência a título de custos administrativos;

Assim, nos termos das competências que me são conferidas pelo n.º 1 do artigo 8.º e n.º 1 do artigo 15.º da Lei Orgânica do XXI Governo Constitucional, aprovada pelo decreto-lei n.º 251-A/2015, de 17 de dezembro, na sua redação atual, pelo n.º 1 e pela alínea o) do n.º 3 do artigo 14.º da Lei de Defesa Nacional, aprovada pela Lei Orgânica n.º 1-B/2009, de 7 de julho, na sua redação atual, pelo n.º 1 do artigo 2.º da Lei de Programação Militar (LPM), aprovada pela Lei Orgânica n.º 7/2015, de 18 de maio, e pelos artigos 44.º e 46.º do Código do Procedimento Administrativo (CPA), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, determino o seguinte:

a) Autorizo a redução do objeto contratual inicialmente previsto no «Sales Agreement» SA N.º PRT-046, celebrado entre o Estado português e a NSPA, para 139 viaturas VTLB 4x4 a fornecer ao Exército Português, bem como a alteração do respetivo calendário de entregas;

b) Aprovo a minuta da Adenda N.º 1 ao SA N.º PRT-046, a outorgar entre o Estado Português e a NSPA, na versão anexa ao Ofício n.º 5230, de 22-05-2018, do Gabinete do Chefe do Estado-Maior do Exército e atendendo ainda ao teor da Informação/Parecer da Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional de 18-06-2018;

c) Delego no Chefe de Estado-Maior do Exército, General Frederico José Rovisco Duarte, com faculdade de subdelegação, a competência para outorgar, em representação do Estado Português, a referida Adenda;

d) Mantém-se em vigor os poderes delegados através dos meus Despachos n.º 8840/2016, de 30 de junho, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 131, de 11 de julho de 2016, e n.º 10120/2016, de 28 de julho, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 153, de 10 de agosto de 2016.

e) O presente despacho produz efeitos na data da sua assinatura.

5 de julho de 2018. — O Ministro da Defesa Nacional, *José Alberto de Azeredo Ferreira Lopes*.

311494487

Despacho n.º 7200/2018

Nos termos do disposto na alínea e) do n.º 4 do artigo 24.º da Lei Orgânica de base da Organização das Forças Armadas, aprovada pela Lei Orgânica n.º 1-A/2009, de 7 de julho, alterada e republicada pela Lei Orgânica n.º 6/2014, de 1 de setembro, determino, sob proposta do Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas:

1 — A exoneração do Contra-Almirante Médico Naval Nelson Octávio Castela Lourenço dos Santos do cargo de Diretor de Saúde Militar, que transita para a situação de reserva em 1 de julho de 2018.

2 — A nomeação do Comodoro Médico Naval José Manuel Jesus Silva para o cargo de Diretor de Saúde Militar.

3 — O presente despacho produz efeitos a partir do dia 29 de junho de 2018.

6 de julho de 2018. — O Ministro da Defesa Nacional, *José Alberto de Azeredo Ferreira Lopes*.

311494462

Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional

Despacho n.º 7201/2018

Nos termos do previsto no artigo 18.º da Lei do Orçamento de Estado para 2018, aprovado pela Lei n.º 114/2017, de 29 de dezembro, a partir de 1 de janeiro de 2018, passam a ser permitidas alterações obrigatórias de posicionamento remuneratório, previstas no n.º 7 do artigo 156.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho.

Assim e em cumprimento com as disposições acima referidas, torna-se público que altera o posicionamento remuneratório o seguinte trabalhador:

Nome do trabalhador	Categoria	PR/N	Remuneração Mensal
Jorge Miguel da Fonseca Batista.	Assistente Técnico	2.ª/7	789,54 €

18 de maio de 2018. — O Diretor-Geral de Recursos da Defesa Nacional, *Alberto António Rodrigues Coelho*.

311485796